DOCUMENTO BASE

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

"POLO NAVAL E OFFSHORE DE RIO GRANDE E ENTORNO"

RIO GRANDE, OUTUBRO DE 2013

SUMÁRIO:

1) Histórico **3**

2) Modelo de Governança **6**

3) Projetos Prioritários **8**

1) HISTÓRICO

A mobilização em torno da estruturação do Arranjo Produtivo Local em Construção Naval e Offshore no Rio Grande do Sul foi iniciada imediatamente após a apresentação do painel "Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento de Fornecedores", no IX Encontro Nacional do PROMINP entre 05 e 07 de dezembro de 2012, em Belo Horizonte, que identificou o território de Rio Grande e Entorno como um dos 5 territórios precursores para a estruturação de APLs no setor de Óleo, Gás e Naval. Diversos representantes de instituições gaúchas presentes no encontro perceberam neste projeto uma excelente oportunidade de valorizar a já existente articulação entre poder público, indústrias e academia no Rio Grande do Sul para atender os objetivos do projeto e promover o alinhamento entre adensamento da cadeia e desenvolvimento regional.

O lançamento do projeto PROMINP IND P&G 75: Propostas de Política para Mobilização e Desenvolvimento de APLs para o Setor de Petróleo, Gás e Naval em Brasília em 26 de fevereiro de 2013, como resultado operacional do painel, já era aguardado pelo Rio Grande do Sul e marcou o início efetivo da mobilização no nosso estado. Em seguida foi organizado na Universidade Federal do Rio Grande – FURG o I Workshop Regional APL Naval e Offshore do Rio Grande e Entorno, durante a II Feira do Polo naval em 13 de março de 2013. Neste evento foi definido o escopo geográfico do APL considerando a Aglomeração Urbana do Sul do RS (Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Arroio do Padre e Capão do Leão), garantindo a articulação com as demais regiões do estado. Além disso, foi definida a metodologia inicial de trabalho a partir da estruturação de Grupos de Trabalho Interdisciplinares nas cinco dimensões sugeridas no projeto e que foram baseadas na Política de Entorno de Projetos do BNDES: Desenvolvimento Econômico, Educação e Formação de Recursos Humanos, Infraestrutura, Planejamento Territorial e Modernização da Governança.

As atividades de mobilização foram intensificadas e os Grupos de Trabalho - GTs foram constituídos por Secretarias e Agências de Desenvolvimento do Estado, Prefeituras, Universidades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, SENAI, PROMINP, Empresas de pequeno, médio e grande porte, Petrobrás, FIERGS, SEBRAE e Sindicatos, produzindo profícuas discussões em pelo menos três encontros por GT. Foram levantados tópicos de discussão, ações em andamento e futuras, estudos já realizados e formou-se uma base representada pelos relatórios técnicos de cada GT. Este

volume de informações foi então apresentado e validado no II Workshop Regional APL Naval e Offshore do Rio Grande e Entorno, realizado novamente na FURG em 30 de abril de 2013, possibilitando a formulação de um relatório preliminar, bem como a identificação de prioridades e dos primeiros passos da estruturação do APL.

Paralelamente a estas atividades de mobilização, a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – AGDI lançou o Edital 01/2013 de apoio e reconhecimento de APLs no RS, dentro de uma política já existente de suporte à economia da cooperação. Uma vez que os atores já estavam todos mobilizados pelo Projeto PROMINP Ind P&G 75, uma proposta foi cuidadosamente elaborada e apresentada à AGDI tendo a FURG como entidade gestora do APL. Esta proposta sagrou-se vencedora no edital como a mais qualificada do Estado dentre as 8 selecionadas em um universo de 21 propostas submetidas. Este resultado demonstrou a qualidade do Arranjo estruturado a partir da mobilização para o projeto PROMINP Ind P&G 75, que na verdade reflete uma longa trajetória do Rio Grande do Sul na busca da sua inserção cada vez mais qualificada no setor de Óleo, Gás e Naval.

A partir da aprovação da proposta no edital, foi firmado um convênio entre a FURG e a AGDI em 15 de agosto de 2013, visando à estruturação da governança do Arranjo, incluindo a secretaria executiva do APL e as atividades de mobilização do Arranjo como um todo. Durante o primeiro ano do projeto, a organização destas atividades passaram a ser responsabilidade da FURG, junto com a elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL, e, deve ser constituída uma nova entidade gestora para que a AGDI continue a apoiar a Governança do APL nos anos subsequentes. A Figura 1 mostra de forma esquemática o histórico do APL até a assinatura do convênio com a AGDI.

Após a aprovação da proposta no edital, os atores da região e do estado continuaram mobilizados e em contato com o Comitê Nacional do Projeto Ind P&G 75, discutindo o modelo de governança e os eixos estratégicos para atuação do APL em mais duas reuniões, realizadas nos dias primeiro e quinze de agosto, respectivamente em Rio Grande e Porto Alegre. Nestas reuniões foram definitivamente alinhadas as iniciativas de estruturação do APL pelo Projeto Prominp Ind P&G 75 e pela AGDI, bem como foram estruturados os modelos de governança, eixos e projetos estratégicos para os primeiros passos do APL, conforme mostra a Figura 2, que passam a ser descritos nas próximas seções deste documento.

Este documento base tem a finalidade de consolidar o modelo construído durante as fases de planejamento do APL e criar uma sistemática que permita executar e avaliar as ações identificadas como prioritárias pelo conjunto de atores envolvidos com a atividades de Construção Naval no sul do Rio Grande do Sul.

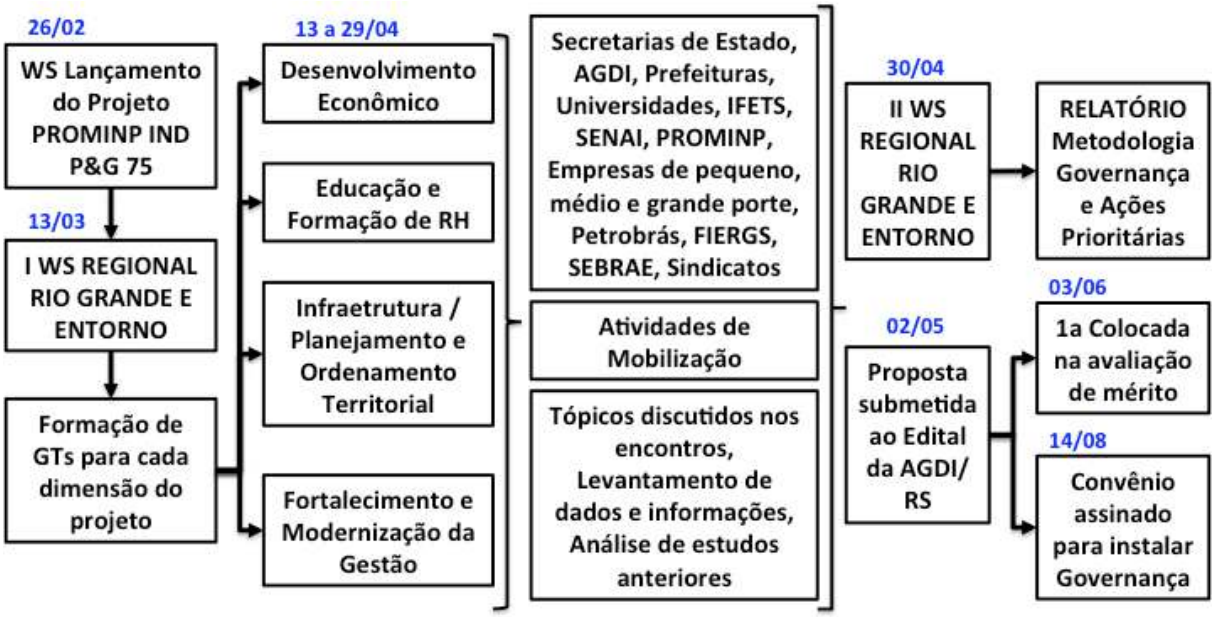

Figura 1: Representação esquemática do processo de estruturação do APL Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno.

Figura 2: Modelo de governança proposto durante as atividades de mobilização e estruturação do APL Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno.

2) MODELO DE GOVERNANÇA

O modelo de governança proposto durante a fase de estruturação do APL (Figura 2) é composto por três níveis descritos abaixo em termos de estrutura e funcionamento: Comitê Gestor, Comitê Executivo e Secretaria Executiva.

2.1) Comitê Gestor

O Comitê Gestor é o órgão deliberativo do APL e é composto por representantes do (1) Poder Público das esferas federal (Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), (2) estadual (Gabinete do Vice-Governador, Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – AGDI, Superintendência do Porto do Rio Grande – SUPRG) e (3) municipal (Prefeituras municipais de Rio Grande, São José do Norte e Pelotas). Além destes, compõe o Comitê Gestor do APL (4) entidades empresariais (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Câmara de Comércio de Rio Grande, Aliança Pelotas), (5) Instituições de Ensino e Pesquisa (Universidade Federal de Rio Grande – FURG, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Riograndense – IFSUL e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS), (6) Associações e Sindicatos patronais e de trabalhadores (Associação Brasileira das Empresas do Setor Naval e Offshore – ABENAV, Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore – SINAVAL e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande – STIMMMERG) e (7) empresas âncora do APL (Petrobras, EBR, ECOVIX e QUIP).

O Comitê Gestor reúne-se ordinariamente uma vez a cada trimestre, ou extraordinariamente sempre que convocado pelo Secretário Executivo do APL ou pela maioria de seus membros. O calendário de reuniões ordinárias será aprovado anualmente e as convocações para as reuniões ordinárias serão enviadas com no mínimo duas semanas de antecedência, enquanto as reuniões extraordinárias serão convocadas com no mínimo uma semana de antecedência. O Comitê Gestor reúne-se com quórum mínimo de metade dos representantes mais um e delibera em regime de votação aberta com decisões tomadas pela maioria simples dos membros titulares presentes.

2.2) Comitê Executivo

O Comitê Executivo é o órgão que executa os projetos aprovados pelo Comitê Gestor em cada eixo, sendo responsável por conduzir todas as ações relacionadas com o alcance dos objetivos estabelecidos para cada projeto pelo Comitê Gestor. Para cada um dos cinco eixos serão indicados até dois gerentes que coordenarão uma equipe de apoio para executar os projetos. Tanto os gerentes como a equipe de apoio serão indicados, preferencialmente, dentre as instituições já representadas no Comitê Gestor em função de sua afinidade e interesse. Os gerentes e suas equipes de apoio definirão agendas de reuniões específicas em função da características de cada projetos e prestarão contas a cada reunião do Comitê Gestor dos resultados e avanços de cada eixo.

2.3) Secretaria executiva

Durante o primeiro ano do APL a Secretaria Executiva estará sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, uma vez que esta instituição firmou convênio com o Governo de Estado do Rio Grande do Sul nestes termos, responsabilizando-se pelas atividades de governança e mobilização do APL, bem como pela elaboração de seu plano de desenvolvimento.

A Secretaria Executiva é composta pelo Secretário Executivo, Prof. Danilo Giroldo – Vice-reitor da FURG, que preside o Comitê Gestor, pelo Coordenador Executivo, Prof. Rafael Lipinski Paes, e por quatro estagiários que estarão fisicamente localizados em uma sala específica no Centro Integrado de Desenvolvimento dos Ecossistemas Costeiros do Sul – CIDEC-SUL. Esta secretaria tem a atribuição de assessorar as reuniões do Comitê Gestor e do Comitê Executivo, além de organizar as atividades de mobilização do APL, incluindo o apoio ao desenvolvimento dos projetos sob responsabilidade do Comitê Executivo.

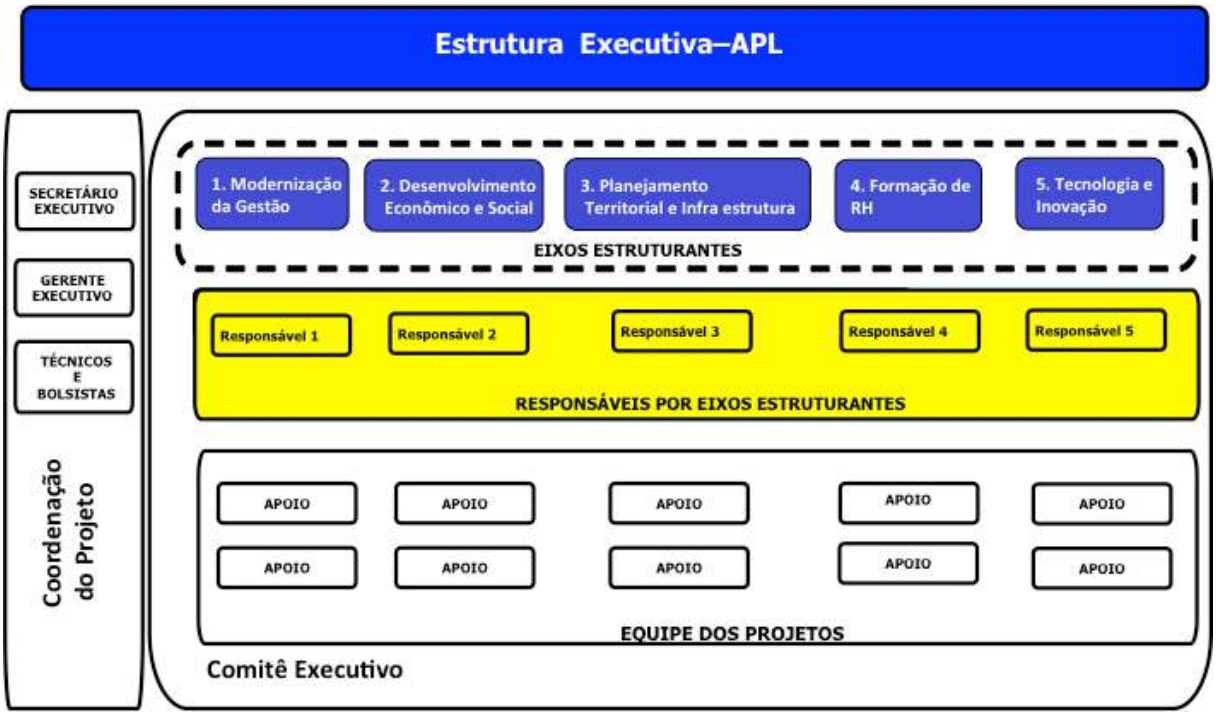

Figura 3: Estrutura executiva do APL propost durante as atividades de mobilização e estruturação do APL Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno.

3) PROJETOS PRIORITÁRIOS

O trabalho de levantamento de dados secundários e discussões realizados por cada Grupo de Trabalho nas atividades de mobilização e nos workshops, conforme mostrado na Figura 1, possibilitaram a identificação de 14 projetos prioritários nos cinco eixos estratégicos em que se estrutura o APL Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno (Tabela 1). Estes projetos visam solucionar ou apontar soluções urgentes para promover o adensamento da cadeia, o desenvolvimento regional com qualidade social e ambiental e a competitividade da atividade de Construção Naval na região.

No eixo "Modernização da gestão" as maiores urgências se referem à estruturação do modelo de governança, cujos recursos já foram captados junto a AGDI e possibilitaram a organização da secretaria executiva do APL e as atividades de mobilização a partir de outubro de 2013. Além disso, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL também se constitui atividade ligada a governança e a gestão do APL e os recursos para tal serão captados junto a AGDI ainda em 2013. Por outro lado, a AGDI somente se propõe a renovar o convênio que viabiliza as atividades de governança do APL se for criada ou identificada uma nova entidade gestora com as seguintes características: (1) tenha participação de empresas, universidades, centros de

tecnologia ou formação e outras entidades representativas e ligadas ao desenvolvimento local e/ou do APL, (2) seja entidade associativa, sem fins lucrativos; e (3) tenha em seus objetivos a gestão, a inovação, a coordenação e a execução de ações coletivas para o desenvolvimento local e/ou do APL. A criação desta entidade ainda não teve avanços significativos e constitui-se como um dos principais focos de atenção e dedicação do Comitê gestor do APL.

O eixo "Desenvolvimento econômico e social" tem o maior número de projetos, que visam atender três grandes objetivos: (1) promover o aumento da capacidade de fornecimento de bens e insumos de empresas da região e do estado para as empresas âncora do APL, por meio do mapeamento de competências nas indústrias já estabelecidas e pela capacitação de fornecedores em atividades de extensão produtiva e inovadora; (2) promover o adensamento da cadeia produtiva a partir de uma mapeamento e análise da mesma, visando identificar os setores mais estratégicos para induzir o adensamento, contando ainda com um conjunto ("pacote") de atrativos da região para estimular a vinda destes setores estratégicos; (3) Diagnosticar e analisar aspectos sociais e ambientais associados ao forte crescimento econômico ligado ao setor de construção naval na região, visando identificar ações e projetos prioritários para garantir a qualidade social e ambiental da região. Parte destas ações estão bastante vinculadas ao Plano de Desenvolvimento do APL e contam já com recursos destinados, enquanto outras ainda constituem-se como pontos de atenção do Comitê Gestor, conforme mostrado na Tabela 1.

A Formação de Recursos Humanos, que caracteriza o Eixo 3, propôs a criação de um observatório associado ao Pacto gaúcho pela Educação para avaliar os padrões de oferta e demanda de cursos profissionalizantes de todos os níveis, bem como avaliar outros aspectos associados a esta temática, como os padrões de empregabilidade e remobilização da mão de obra. Além disso, foi também proposto neste eixo a prospecção e oferecimento de cursos específicos de acordo com os interesses do APL. Ambos os projetos alinham-se com a nova sistemática dos Fóruns Estaduais do PROMINP e que possibilitará a captação de recursos específicos para estas ações.

O eixo "Tecnologia e Inovação" identifica como projeto prioritário a prospecção das demandas tecnológicas da empresas do APL e a aproximação dos grupos de pesquisa das Instituições de Ensino e Pesquisa. Este aspecto está contemplado em termos diagnósticos no Plano de Desenvolvimento do APL e alinha-se também a

iniciativas sob responsabilidade da CNI e FIERGS em relação à implantação do Sistema Regional de Inovação. Além disso, a conclusão da infraestrutura dos Parques Tecnológicos da região também se configura como uma ação fundamental neste eixo e que ainda é um ponto de atenção do APL pela atual ausência de recursos disponíveis.

O quinto eixo "Planejamento territorial e infraestrutura" é de extrema relevância para o APL, pois o planejamento e a infraestrutura são condições primordiais para promover o adensamento da cadeia e para que as demais ações sejam bem-sucedidas. O diagnóstico dos atuais gargalos de infraestrutura e a caracterização das obras já previstas para a região serão objetos do Plano de Desenvolvimento do APL, enquanto o planejamento regional depende da elaboração de termos de referência e da captação de recursos para a sua execução. Este aspecto caracteriza-se como um importante ponto de atenção do Comitê Gestor do APL, uma vez que o planejamento territorial é uma demanda muito antiga que se origina nas primeiras discussões sobre a implantação do Polo Naval do Rio Grande. Durante a fase de planejamento do APL, esta demanda novamente aparece com muita intensidade, caracterizando-se como uma ação fundamental para o sucesso do APL.

A primeira reunião do Comitê gestor do APL, a ser realizada no próximo dia 29 de outubro, designará a estrutura do Comitê Executivo que estará então a cargo de conduzir todas as ações acima descritas e apresentar periodicamente os resultados preliminares e finais ao Comitê Gestor.

Tabela 1: Projetos estratégicos propostos por eixo durante as atividades de mobilização e estruturação do APL Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno.

EIXO	Projeto	Executora	Fonte	Recurso (R$)	Status
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	1. Estruturar e implantar a governança APL (GV/APL)	FURG	AGDI	101.000	Implantada em 10/2013
	2. Elaborar o plano de desenvolvimento do APL (PD/APL)	FURG	AGDI	150.000	Assinatura prevista para 11/13
	3. Definição da estrutura e sustentação da Entidade Gestora do APL	A definir	A definir	A definir	A definir
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	4. Mapear competências industriais de empresas para o mercado de Petróleo, Gás, Naval e Offshore do RS	FIERGS	ABDI		Em andamento
	5. Mapear a cadeia de fornecedores e Identificar fornecedores chave para instalação local	FURG	AGDI	PD/APL	A partir de 11/13
	6. Ampliação de fornecedores locais: Extensão Produtiva e Inovadora	SEBRAE, FURG e FIERGS	Petrobrás/ Sebrae NEPI/ AGDI ABDI/ MDIC	440.175 A definir	A partir de 11/13
	7. Estruturar um pacote para atração de empreendimentos	Prefeituras	A definir	A definir	A partir de 09/13
	8. Análise dos impactos sociais e ambientais da atividade econômica	FURG	AGDI	PD/APL	A partir de 10/13
FORMAÇÃO DE RH	9. Estruturar um observatório para compreender, monitorar, avaliar a dinâmica de formação e contratação de mão de obra.	Fórum Estadual PROMINP	A definir	A definir	A definir
	10. Ofertar cursos de capacitação para funções específicas e prioritárias do APL	Forum Estadual PROMINP	A definir	A definir	A definir
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	11. Prospecção de necessidades tecnológicas das empresas do APLs e áreas de atuação dos ICTs locais com potencial de cooperação	FURG e outras IEPs do APL	AGDI, ABDI e SRI/CNI	PD/APL	A partir de 11/13
	12. Prover a infra-estrutura de parques tecnológicos	Prefeituras e IEPs	A definir	A definir	A definir
PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL / INFRAESTRUTURA	13. Produzir um termo de referência para elaborar um Masterplan regional	GT coordenado pela AGDI	BNDES	A definir	TR elaborado
	14. Definir obras prioritárias	Governos Municipais e Estaduais	A definir	A definir	A definir